

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Grupo Parlamentar do PCP reuniu recentemente com um grupo de trabalhadoras do Colégio Vieira de Castro (docentes e auxiliares) que se encontram numa situação de profunda incerteza quanto ao seu futuro.

O Colégio Vieira de Castro, situado na cidade do Porto, é uma instituição privada que ministra vários ciclos de ensino, tendo também recebido, ao longos de anos, dinheiros provenientes de fundos comunitários para assegurar cursos vocacionais.

O Grupo Parlamentar do PCP foi informado que o Colégio Vieira de Castro foi comprado, há pouco mais de um ano, pelos mesmos proprietários do Colégio Júlio Dinis, uma outra instituição privada de ensino, situada na cidade do Porto.

No final de Outubro foi notícia o encerramento do Colégio Vieira de Castro no final do ano, mas a verdade é que ele já fechou portas, atirando para o desemprego mais de 15 trabalhadores.

O Grupo Parlamentar do PCP tomou ainda conhecimento que foi informado a estes trabalhadores que não haveria lugar ao pagamento das suas indemnizações, nem dos salários em atraso (Setembro, Outubro e Novembro).

É inaceitável que estes trabalhadores, que trabalharam sem receber, que pagaram as mensalidades dos seus filhos que frequentavam este mesmo colégio, cumprindo os seus compromissos, vejam atacados e negados direitos fundamentais. A esmagadora maioria destes trabalhadores tem dezenas de anos de casa, havendo quem trabalhe neste Colégio há muito mais do que 30 anos.

O Grupo Parlamentar do PCP foi também informado que não foram feitos, por parte do Colégio Vieira de Castro, os devidos descontos para a Segurança Social, colocando em causa a sua proteção social.

Simultaneamente, o encerramento desta instituição, nesta altura do ano, impede que os docentes em causa procurem outras soluções de emprego sendo, inevitavelmente, forçados a ficar numa situação de desemprego.

Acresce o prejuízo para as crianças e jovens que frequentavam esta instituição e para os seus pais e familiares que, tendo tido a garantia por parte do Colégio, aquando da inscrição no início do ano letivo, da continuidade do ensino no Colégio, tendo pago mensalidades e valor de inscrição são obrigados a procurar, neste momento, outras escolas para os seus filhos.

Para o PCP é fundamental salvaguardar e garantir o cumprimento dos direitos destes trabalhadores. Estes trabalhadores têm direito a receber os salários e têm o direito a receber a sua indemnização por todos os seus anos de serviço. Não é aceitável este atropelo a direitos fundamentais com profundos prejuízos na vida quotidiana destes trabalhadores.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que, por intermédio do Ministério da Educação, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo conhecimento da situação do Colégio Vieira de Castro? Que análise faz da mesma?
2. Tem o Governo conhecimento da situação destes trabalhadores e da negação dos seus direitos?
3. Que medidas pretende o Governo tomar para garantir o cumprimento dos direitos laborais dos trabalhadores despedidos do Colégio Vieira de Castro?
4. Confirma o Governo que a entidade empregadora não fez os devidos descontos dos trabalhadores para a Segurança Social? Que medidas pretende tomar para correção da situação?
5. Tem o Governo conhecimento do recente processo da compra do Colégio Vieira de Castro? Que análise faz do mesmo?
6. Qual o valor dos fundos comunitários atribuídos ao Colégio Vieira de Castro nos últimos 10 anos?

Palácio de São Bento, 6 de dezembro de 2017

Deputado(a)s

DIANA FERREIRA(PCP)

JORGE MACHADO(PCP)

ANA VIRGÍNIA PEREIRA(PCP)

ANA MESQUITA(PCP)